

O Indígena no Discurso da Companhia de Jesus no Brasil

Aécio Feitosa

Ao desembarcarem no Brasil em 1549 depararam-se os Padres da Companhia de Jesus com uma sociedade heterogênea composta por três culturas diferentes. De um lado, a cultura européia representada pelos colonos vindos da metrópole e, de outro lado, a cultura africana e a indígena representadas respectivamente pelos escravos negros trazidos para os engenhos e, pelos índios, os naturais da terra.

No seio desta sociedade e durante duzentos e dez anos (1549-1759) implantaram os Jesuítas um discurso catequético e pedagógico de suma importância para os interesses colonialistas de Portugal. Sem discriminação, este discurso foi endereçado aos brancos, aos negros e aos índios.

Contudo, ao analisarmos este discurso, um aspecto marcante ressalta desta análise: o lugar primordial que os Jesuítas conferem aos indígenas com relação aos demais componentes étnicos do mundo colonial brasileiro.

Este lugar primordial vem proclamado por diversas vezes em inúmeras cartas enviadas do Brasil a Portugal pelos Padres da Companhia. Assim, por exemplo, aos 14 de setembro de 1551, numa correspondência endereçada de Olinda aos seus confrades de Coimbra, escreve o Padre Manuel da Nobrega: "Nós dizemos aos índios que principalmente por eles e não por causa dos brancos fomos enviados a estas terras". (1) Por seu turno, aos 5 de dezembro de 1567, escreve o Padre Baltazar Fernandes: aqui no Brasil nossa empresa é sobremaneira uma obra destinada aos índios. (2)

Em termos históricos, este caráter prioritário conferido ao indígena no discurso da Companhia surge já na primeira carta enviada à metrópole. Trata-se de uma correspondência redigida aos 10 de abril de 1549. Neste documento, o autor Padre Manuel da Nóbrega informa ao Provincial de Portugal, Padre Simão Rodrigues: "temos determinado viver com as aldeias". (3)

E, efetivamente, “com as aldeias” viveram sempre os Jesuítas do Brasil. Nelas se instalaram, construíram suas residências, aprenderam a língua tupi, edificaram escolas, erigiram igrejas, organizaram a vida econômica e jurídica dos índios e ensinaram a doutrina. As aldeias constituíam assim o centro das atividades dos missionários. Eram elas também pontos de irradiação da mensagem evangélica delas partindo Jesuítas, colúmens e crianças órfãs ora aos engenhos, ora às pequenas vilas coloniais, mas, sobretudo, indo às tribos mais distantes localizadas no interior do território.

Por ocasião das grandes festas do calendário religioso, os Padres da Companhia transformavam estas instituições em centros de congregarmento de raças, costumes, tradições e valores diversos. Com efeito, por ocasião dos “jubileus” e a convite dos missionários, congregavam-se nas aldeias senhores de engenhos, autoridades políticas e eclesiásticas, colonos trabalhadores da cana-de-açúcar e, não raro, alguns escravos negros. Elementos étnicos diferentes, danças indígenas e metropolitanas, tradições do mundo civilizado e costumes do mundo indígena, conjuntos musicais portugueses e fanfarras indígenas, valores da cultura européia, da cultura africana e da cultura nativa eram desta forma postos em confrontação proporcionando às aldeias um rico e variado diálogo intercultural.

Por que a preferência dos Jesuítas pelos indígenas?

A busca de uma resposta a esta indagação que constitui o objeto central deste artigo implica, a nosso ver, na abordagem de dois elementos históricos fundamentais à análise do problema. O primeiro diz respeito ao “Regimento” entregue pela metrópole ao primeiro Governador Geral do Brasil, Tomé de Souza. O segundo diz respeito à desassistência religiosa que o regime de padroado em vigor em Portugal e suas colônias conferia ao indígena brasileiro. Consideremos a questão levantada à luz destes dois elementos.

Aos 27 de dezembro de 1548, na vila de Almeirim, em Portugal, assinava D. João III um conjunto de diretrizes que deveriam servir de base à administração de Tomé de Souza como primeiro Governador Geral do Brasil. Estas diretrizes constituem um corpo jurídico-administrativo conhecido pela denominação “Regimento”. Dois interesses maiores se encontram no texto deste documento. De um lado, a preocupação da metrópole em readquirir o poder político em sua colônia — poder então concentrado nas mãos dos senhores de engenhos — e, de outro lado, a preocupação do monarca concernente à liberdade e à evangelização do índio.

No que toca especificamente à obra de evangelização junto aos indígenas, reza o documento: “Porque a principal cousa que me moveu a mandar povoar as ditas terras do Brasil foi para que a gente delas se convertesse à nossa santa fé católica”. (4)

Em seguida, o monarca faz compreender ao Governador que este seu interesse deve ser levado ao conhecimento dos poderes políticos legitimamente constituídos na colônia: “Vos encomendo muito que pratiqueis com os ditos capitães e oficiais (das Capitanias) a melhor maneira que para isso se possa ter; e, de minha parte, lhes direis que lhes agradecerei muito terem especial cuidado de os provocar a serem cristãos”.

Outras passagens do “Regimento” aludem igualmente ao mesmo assunto. Contudo, em nenhuma delas vem claramente expresso a quem caberia na colônia operacionalizar esta diretriz.

Se, porém, levarmos em conta algumas evidências históricas, somos levados a pressupor que a execução desta diretriz era particularmente endereçada aos Padres da Companhia. Estas evidências são as seguintes. Em primeiro lugar, o documento foi elaborado e aprovado quando a metrópole se preparava para enviar ao Brasil o primeiro Governador Geral, acompanhado dos primeiros membros da Companhia. A isto acrescentamos que nesta época, em Portugal como em outras colônias ultramarinas, a evangelização constituía o objetivo primordial dos filhos de Loiola. Em segundo lugar, um plano efetivo de evangelização do indígena brasileiro tem seu início com a chegada dos Padres da Companhia. Em terceiro lugar, desde seu desembarque na colônia o discurso dos Jesuítas é marcadamente endereçado não aos brancos ou aos escravos negros, mas aos índios. Finalmente, é no meio indígena, “com as aldeias” e não nas vilas coloniais, onde as condições até mesmo de ordem material eram mais propícias, que se instalam os inácianos. A estas evidências lembramos uma vez mais as primeiras cartas dos Padres Jesuítas nas quais, como vimos, eles declaram explicitamente sua preferência pela evangelização do indígena.

Nestes termos, quer nos parecer que o lugar primordial que o discurso dos Jesuítas confere ao indígena vem já determinado pela metrópole antes mesmo da instalação da Companhia no Brasil.

O abandono religioso em que viviam então as comunidades indígenas constitui ao nosso ver a segunda razão da prioridade deste discurso. Afirmar da real existência deste abandono não significa dizer da ausência de sacerdotes na colônia antes da vinda dos Padres da Companhia.

Sacerdotes seculares, embora pouco numerosos, estavam já no Brasil antes do desembarque dos primeiros Jesuítas. (5) Contudo, o regime de padroado ao qual estavam sujeitos estes sacerdotes e em vigor tanto em Portugal como em suas colônias de ultramar esquecia completamente a assistência religiosa aos indígenas. (6) Este regime visava particularmente a catequese dos brancos. No mais, segundo testemunhos de inúmeras cartas dos Jesuítas, estes sacer-

dotes levavam uma vida pouco condigna com seus ministérios. A título de exemplo, lembramos algumas passagens destas cartas.

“Os padres desta terra, escreve o Padre Manuel da Nóbrega ao Rei D. João III, levam a mesma vida escandalosa dos colonos” (7); “eles vivem nos mesmos pecados dos leigos” (8); “os padres desta terra, escreve o Jesuíta Ambrósio Pires, são ignorantes, viciosos, escandalosos e sediciosos” (9); “eles são os ministros do demônio, acrescenta o Padre Antonio Pires”; outros chegam mesmo a incitar a poligamia na colônia, (10) outros instigam a antropofagia entre os indígenas. (11) Nestes termos, conclui o Padre Manuel da Nóbrega, *este clero* “é o demônio que mais tememos e que mais nos persegue nestas terras”. (12) O clero colonial, lembra o escritor L. Christiani, era no Brasil “a escória de Portugal”. (13)

Concorria para o agravamento desta situação moral na colônia a vida também não muito exemplar de alguns membros da hierarquia. Entre outros, lembramos o nome do primeiro Bispo do Brasil, D. Pedro Fernandes Sardinha e do seu pregador o Padre Gomes Ribeiro. O Bispo, escreve o Jesuíta João Gonçalves, é nestas terras “motivo de escândalos” (14); um homem “sedicioso” (15) e, segundo o testemunho do Governador Geral, D. Duarte da Costa, “ele é cheio de vícios” e cujo interesse maior “é o dinheiro do povo”. (16) O pregador do Bispo era por sua vez um homem que disseminava a discórdia dentro da Igreja (17) e, cuja preocupação era igualmente fortalecer os cofres da Igreja com o dinheiro do povo. (18)

Se assim era o quadro da Igreja colonial sobretudo durante os primeiros anos da chegada dos Padres da Companhia no Brasil, não menos degradante era a vida dos colonos ditos cristãos. Neste domínio, mais uma vez lembramos algumas das cartas dos Jesuítas. Entre os colonos, afirmam estes documentos, era corrente a prática da poligamia, (19) do roubo, da licenciosidade sexual e “torpezas de toda sorte”. (20) Citam ainda estes documentos que eles levam uma vida escandalosa, (21) deflorando jovens indígenas (22) e colocando suas ambições acima de qualquer interesse de ordem moral. (23) Cedo, escreve Gilberto Freyre, a mentalidade portuguesa disseminou também entre os indígenas a prática da pederastia (24) e outros vícios levando o Padre Antonio Brazquez a uma conclusão: a colônia, diz ele, “é uma terra perdida”. (25)

Nestas circunstâncias, podemos facilmente deduzir do estado de calamidade moral do Brasil à época da instalação da Companhia de Jesus. Temos assim uma Igreja e um clero distante dos seus reais objetivos evangélicos. E, dentro deste quadro, torna-se evidente o abandono religioso em que viviam particularmente os indígenas. Com efeito, se pelo regime de padroado cabia ao clero secular a catequese dos brancos e se este encargo era relegado a plano secundário, tornava-se inexistente a assistência religiosa ao índio.

Todavia, a partir do momento em que a metrópole integra efetivamente o indígena no projeto político configurado no “Regimento” de Tomé de Souza no qual, como vimos, sua evangelização constitui uma nota importante. A situação muda de forma radical.

Em síntese, somos levados a identificar a razão da prioridade conferida ao indígena dentro do discurso da Companhia de Jesus no Brasil a partir de um lado do lugar também primordial que o “Regimento” de Tomé de Souza confere à catequese indígena e, de outro lado, a partir da sua total desassistência religiosa quando da chegada dos Jesuítas na colônia.

Isto não implica afirmar que os Padres da Companhia se tenham descurado da evangelização dos brancos ou dos escravos negros. A transformação moral da colônia no seu conjunto étnico era uma meta dos inacianos. Porém, a documentação da época é farta em nos revelar que dentro deste empreendimento o indígena ocupou espaço prioritário.

Finalmente, à guisa de conclusão, desejamos lembrar que o denodo, a bravura, a coragem e a tenacidade com que os Jesuítas assumiram no Brasil não apenas a causa evangelizadora do índio como igualmente a sua liberdade contra os interesses escravagistas dos senhores de engenhos foi, sem dúvida alguma, uma das razões que moveram Sebastião de Carvalho e Melo (Marquês de Pombal) a decretar em 1759 a expulsão destes missionários das terras coloniais brasileiras. (26)

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 Serafim Leite — *Monumenta Brasiliae*, vol. I, Roma, 1956, p. 288.
- 2 *Monumenta Brasiliae*, vol. IV, Roma, 1960, p. 425.
- 3 *Monumenta Brasiliae*, vol. I, p. 112.
- 4 “Regimento” do Governador Tomé de Souza, citado por Serafim Leite, opus cit. vol. I, apud Alberto Iria in “Anais do IV Congresso de História Nacional”. 2, Rio de Janeiro, 1950.
- 5 No que toca a presença de sacerdotes e religiosos na colônia, antes da vinda dos Padres da Companhia, ver Afrânio Peixoto — *Cartas, Fragmentos Históricos e Sermões do Padre José de Anchieta*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1933, p. 312-313.
- 6 A propósito do regime de padroado em sua ingerência nos negócios internos da Igreja em Portugal e no Brasil, ver Silas Cerequeira — *Les Eglises Chrétiennes et la Décolonisation*, sob a direção de Marcel Colin, Paris, 1967, p. 466. Henrique D. Dussel — *História de la Iglesia en America Latina*, Editorial Nova Terra, Canejas, Barcelona, 1973, p. 81. P. R. de Oliveira — *Religion et Hégémonie de Classe dans l'Instauration du Capitalisme au Brésil*, tese de doutoramento, Universidade Católica de Louvain, Bélgica, 1979. p. 195.

- 7 Carta endereçada ao Rei D. João III, com data de 14 de setembro de 1551. *Monumenta Brasiliae*, vol. I, p. 290.
- 8 Carta do Padre Manuel da Nóbrega com data de 13 de setembro de 1551, endereçada aos seus confrades de Coimbra. *Monumenta Brasiliae*, vol. I, p. 285.
- 9 Carta com data de 6 de junho de 1555, endereçada ao Provincial de Portugal, Padre Diego Miron. *Monumenta Brasiliae*, vol. II, p. 230.
- 10 Carta do Padre Manuel da Nóbrega com data de 11 de agosto de 1551, endereçada ao Provincial de Portugal, Padre Simão Rodrigues. *Monumenta Brasiliae*, vol. I, p. 270.
- 11 Carta com data de 11 de agosto de 1551. *Monumenta Brasiliae*, vol. I, p. 270.
- 12 Carta do Padre Manuel da Nóbrega com data de 11 de agosto de 1551, endereçada ao Provincial de Portugal, Padre Simão Rodrigues. *Monumenta Brasiliae*, vol. I, p. 270.
- 13 *L. Christiani; in Histoire de l'Église*, vol. XVII, edições Bloud e Gay, Paris, 1951, p. 490.
- 14 Carta com data de 12 de junho de 1555, endereçada aos Padres e Irmãos da Companhia, em Coimbra. *Monumenta Brasiliae*, Vol. II, p. 240.
- 15 Confira carta supra-citada. *Monumenta Brasiliae*, Vol. II, p. 240
- 16 Carta endereçada ao Rei D. João III, com data de 8 de abril de 1555, *Monumenta Brasiliae*, vol. II, p. 214.
- 17 Carta do Irmão Jesuíta, Pero Correia, com data de 10 de março de 1553, endereçada ao Provincial de Portugal, Padre Simão Rodrigues. *Monumenta Brasiliae*, vol. I, p. 435.
- 18 Carta do Padre Manuel da Nóbrega com data de 10 de março de 1553, endereçada ao Padre Simão Rodrigues. *Monumenta Brasiliae*, vol. I, p. 454.
- 19 Carta do Padre Manuel da Nóbrega com data de 9 de agosto de 1549, endereçada ao Provincial de Portugal, Padre Simão Rodrigues. *Monumenta Brasiliae*, vol. I, p. 119.
- 20 Carta do Padre João de Azpicuelta Navarro, com data de 19 de setembro de 1553, endereçada a seus confrades de Coimbra. *Monumenta Brasiliae*, vol. II, p. 5.
- 21 Carta do Padre Antonio Pires com data de 6 de junho de 1555, endereçada ao Provincial de Portugal, Padre Diego Miron. *Monumenta Brasiliae*, vol. II, p. 230.
- 22 Carta do Padre Antonio Blazquez endereçada ao último de abril de 1558, ao Superior Geral da Companhia, em Roma, Padre Diego Laynes. *Monumenta Brasiliae*, vol. II, p. 441.
- 23 Carta do Padre Manuel da Nóbrega endereçada ao Rei D. João III, com data de princípios de julho de 1552. *Monumenta Brasiliae*, vol. I, p. 345.
- 24 Gilberto Freyre — *Casa Grande e Senzala*, 17.^a edição, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1971, p. 131.
- 25 Carta com data de último de abril de 1558. *Monumenta Brasiliae*, vol. II, p. 434.
- 26 Sobre os motivos da expulsão dos Jesuítas do Brasil, ver Aécio Feitosa, *Os Jesuítas no Brasil Colônia*, GGE. Reproduções Gráficas, Rio de Janeiro, 1976, p. 67-78. Mário Domingues — *O Marquês de Pombal: O homem e sua época*, 3.^a edição, Livraria Romano Torres, Lisboa, 1970, p. 314-327.